



**MPSP**

MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE SÃO PAULO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**MPSP**

**SIMULADO FINAL**

# **MP SP**

## **Analista Jurídico**

### **Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-SP**, cargo de **Analista Jurídico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/pkx5QXxyVD312mCY8>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

**SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://coruja.page.link/kcYi>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra*

A origem do Ministério Público (MP) está associada a diferentes tradições históricas. Alguns autores identificam raízes no Egito Antigo, com os magiaí, representantes do faraó responsáveis por recriminar penalmente os ofensores da paz social e defender órfãos e viúvas. Outros apontam para a Grécia, onde os éforos de Esparta e os thesmothetis exerciam funções de vigilância da aplicação das leis. Na Roma clássica, surgiram figuras como o *advocatus fisci* e o defensor *civitatis*, que atuavam em defesa do erário e em funções administrativas, mas ainda não representavam uma acusação penal em nome do Estado.

Apesar dessas referências antigas, muitos estudiosos reconhecem a França medieval como berço do Ministério Público moderno. Em 1302, com a Ordenança de Felipe IV, foram instituídos os Procuradores do Rei, encarregados de defender os interesses da Coroa diante dos tribunais. Essa prática se consolidou como forma de garantir a supremacia da autoridade real, em um contexto de crescente autonomia dos tribunais em relação ao monarca. Não muito distante, em Portugal e na Itália, também se observaram figuras equivalentes, presentes nas Ordенаções do Reino e nos Procuradores do Rei.

A influência francesa foi determinante para a configuração do MP. Como lembra Mazzilli (2002), expressões como parquet e magistrature debout ainda hoje são utilizadas para designar a instituição. A Revolução Francesa e os Códigos Napoleônicos, em especial o Código de Instrução Criminal de 1808 e a Lei de 1810, reforçaram o papel do Ministério Público, definindo-o claramente como promotor da ação penal e garantindo prerrogativas a seus integrantes. Assim, consolidou-se a função de defesa dos interesses do Estado e de acusação em nome da ordem social.

No Brasil, o MP se desenvolveu sob influência do Direito Lusitano, presente desde o período Colonial até a República. As diferentes formas de governo modificaram sua estrutura e atribuições, mas foi apenas na República que conquistou autonomia e independência em relação aos demais poderes. Nesse período, consolidou-se a obrigatoriedade do concurso público e a função de

intervir na proteção de valores sociais indisponíveis ou de relevância coletiva.

A institucionalização definitiva ocorreu com a Lei Complementar nº 40, de 1981, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), definindo-o como “instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado”. A Constituição de 1988 praticamente repetiu esse texto em seu art. 127, ampliando sua legitimidade. Desde então, o MP assumiu protagonismo em legislações fundamentais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Improbidade Administrativa, consolidando-se como defensor da ordem jurídica, da democracia e dos interesses sociais mais relevantes.

1. O texto menciona diferentes tradições históricas que podem ser associadas à origem do Ministério Público (MP). Assinale a alternativa correta quanto à caracterização dessas tradições:
  - a) Na Roma clássica, o MP já exercia a acusação penal em nome do Estado, pois cabia exclusivamente ao *procuratoris caesaris* promover a ação criminal.
  - b) A tradição francesa é considerada, por muitos estudiosos, a verdadeira origem do MP moderno, uma vez que os Procuradores do Rei tinham a função de defender os interesses da Coroa.
  - c) A Grécia Antiga é apontada como a principal precursora do MP, pois os éforos de Esparta e os *thesmoothetis* eram encarregados de proteger órfãos e viúvas.
  - d) O Egito Antigo não possui relação alguma com a origem do MP, uma vez que os *magiaí* não atuavam em defesa da paz social.
  - e) Em Portugal, diferentemente da França, nunca houve figura equivalente ao Procurador do Rei, o que afasta a influência lusitana no MP brasileiro.

2. Segundo o texto, a consolidação do Ministério Público no Brasil:

- a) Ocorreu ainda no período Colonial, quando o Direito Lusitano já previa a autonomia da instituição frente ao monarca.
- b) Deu-se no Império, por meio da Constituição de 1824, que instituiu o concurso público e garantiu independência ao órgão.
- c) Somente se efetivou com a Constituição de 1988, que criou a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP) e fixou a instituição como essencial à função jurisdicional do Estado.
- d) Foi precedida pela Lei Complementar nº 40/1981, que já havia estabelecido diretrizes institucionais depois reafirmadas pela Constituição de 1988.
- e) Deriva diretamente da Revolução Francesa e do Código Napoleônico, que influenciaram de forma imediata a Constituição brasileira.

3. Observe o trecho:

"Após a regulamentação e a incumbência de defender o regime democrático, o MP ampliou sua atuação em importantes leis (...), **e hoje detém** (...)"

A expressão destacada ("e hoje detém") desempenha, no contexto, a função de:

- a) Reforçar a ideia de simultaneidade entre a origem antiga do MP e a atualidade de suas funções.
- b) Retomar conclusivamente a definição do MP na Constituição de 1988, sem acrescentar nova informação.
- c) Marcar a progressão temporal e argumentativa do texto, indicando que a atuação da instituição começa no passado e perdura até os dias atuais.
- d) Introduzir um contraste entre a função original do MP e seu papel atual, funcionando como elemento adversativo.
- e) Reforçar uma explicação causal, justificando a necessidade de criação da LOMP em 1981.

4. O segundo parágrafo é introduzido por uma locução que apresenta valor de:

- a) adversidade
- b) condição
- c) tempo
- d) causa
- e) concessão

5. Quanto às normas de concordância, assinale a alternativa correta:

- a) À defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais mais relevantes se dedicou os membros do Ministério Público brasileiro, que, ao longo de séculos e regimes distintos, conquistaram autonomia e prestígio.
- b) Na Constituição de 1988, depois de longos debates e sucessivas reformas legislativas, consagram-se o Ministério Público como instituição permanente e independente, rompendo a antiga subordinação aos demais poderes.
- c) O Ministério Público brasileiro, influenciado pelas tradições jurídicas europeias, atravessando transformações institucionais desde o período colonial e assumindo novas funções após a Constituição de 1988, consolidaram-se como instituição essencial ao regime democrático.
- d) A defesa da infância, a proteção do consumidor, a fiscalização da probidade administrativa e a garantia da ordem constitucional, ficou sob a responsabilidade do Ministério Público, que assumiu funções cada vez mais amplas no Brasil republicano.
- e) Foram os Procuradores do Rei, na França medieval, os grandes responsáveis por inaugurar uma prática que depois se transformaria no Ministério Público moderno.

6. Quanto às normas de pontuação, assinale a opção correta.

- a) O Ministério Público brasileiro, cuja trajetória histórica atravessou o período colonial, o Império e a República, assumiu progressivamente, funções de proteção social, conquistando autonomia e independência apenas no século XX, quando se consolidou como instituição essencial ao regime democrático.
- b) Embora, se encontrem antecedentes em civilizações antigas — como os *magiaí* egípcios, os *éforos* de Esparta e os *advocatus fisci* romanos —, foi na França medieval, com os Procuradores do Rei, que se estruturou o modelo que influenciaria decisivamente a formação do Ministério Público moderno.
- c) À defesa da infância, do consumidor, da probidade administrativa e da democracia, ficou vinculada a atuação do Ministério Público brasileiro, que ampliou, consideravelmente seu campo de ação a partir da Constituição de 1988.
- d) Definido pela Lei Complementar nº 40 de 1981 e reafirmado pela Constituição de 1988, o Ministério Público se tornou uma instituição permanente, autônoma e essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade.
- e) Na esteira das transformações políticas do século XX e diante das exigências de uma sociedade em constante mudança o Ministério Público brasileiro se consolidou como um verdadeiro guardião da democracia, atuando tanto na esfera penal quanto na proteção de direitos coletivos e difusos.

7. Quanto ao emprego do acento de crase, assinale a única alternativa correta:

- a) O Ministério Público brasileiro, ao conquistar autonomia e independência, passou a defender firmemente à proteção da ordem jurídica e dos interesses sociais mais relevantes, consolidando-se como guardião da democracia.
- b) Com a Constituição de 1988, reconheceu-se a importância da instituição à qualquer defesa do regime democrático e da cidadania, atribuindo-lhe funções que ultrapassam a esfera penal tradicional.
- c) As mudanças institucionais do século XX conferiram ao parquet um papel fundamental perante à fiscalização da probidade administrativa e ao combate à corrupção, tornando-o referência no cenário jurídico nacional.
- d) As influências históricas que vão do Egito Antigo à Revolução Francesa favoreceram à construção do modelo moderno de Ministério Público, que hoje se caracteriza por sua autonomia e essencialidade.
- e) A promulgação da Lei Orgânica de 1981 quanto à institucionalização do Ministério Público no Brasil preparou o terreno para a reafirmação constitucional que viria em 1988.

8. Quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público brasileiro tem consolidado-se como instituição essencial ao Estado.
- b) Na Constituição de 1988, finalmente atribuiu-se ao Ministério Público a proteção da ordem jurídica.
- c) A sociedade passou a respeitá-lo como instituição essencial à justiça.
- d) A sociedade reconheceria-o como defensor dos direitos coletivos e difusos.
- e) Os avanços legais sempre deram-lhe novas atribuições no combate à corrupção.

**ATUALIDADES***Rodolfo Gracioli*

**9.** Figura icônica do rock mundial, Ozzy Osbourne marcou a história da música tanto em carreira solo quanto em grupo, sendo responsável por consolidar o heavy metal como gênero. Sua imagem artística foi associada a um apelido peculiar, e sua trajetória ganhou projeção internacional a partir da fundação de uma das bandas mais influentes da década de 1970. Assinale a alternativa que indica corretamente como Ozzy Osbourne era conhecido e o nome da banda que fundou:

- a) Rei do Rock – Led Zeppelin
- b) Príncipe das Trevas – Black Sabbath
- c) Pai do Heavy Metal – Deep Purple
- d) Lenda Viva – Pink Floyd
- e) Mestre do Rock – Metallica

**10.** A reconhecida arqueóloga Niède Guidon dedicou grande parte de sua trajetória à pesquisa e preservação de sítios arqueológicos no Piauí, o que lhe trouxe projeção internacional. Ela foi responsável por destacar uma formação rochosa específica dentro do Parque Nacional de um sítio com vasta concentração de arte rupestre pré-histórica. Trata-se:

- a) Serra do Cipó
- b) Serra da Canastra
- c) Serra da Capivara
- d) Chapada Diamantina
- e) Serra do Roncador

**INFORMÁTICA***Emannuelle Gouveia*

**11.** O utilitário do Windows que pode ser acessado diretamente através do menu suspenso aberto ao clicar com o botão direito do mouse sobre o menu Iniciar e que pode ser usado para operações avançadas de armazenamento é o:

- a) Conexões de Rede.
- b) PowerShell.
- c) Gerenciador de Tarefas.
- d) Limpeza de Disco.
- e) Gerenciamento de Disco.

**12.** No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento.
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

**13.** Durante um processo de transição democrática no País Beta, o governo provisório, composto por representantes de diversas forças políticas, decidiu elaborar uma nova Constituição para substituir a anterior, que havia sido imposta por um regime autoritário. Para isso, foi convocada uma Assembleia Constituinte, composta por membros eleitos diretamente pelo povo. A Constituição resultante foi caracterizada por sua ampla extensão, contendo normas programáticas que estabeleciam diretrizes para a atuação do Estado em áreas como saúde, educação e segurança pública. Além disso, a Constituição estabeleceu um processo de reforma rígido, exigindo quórum qualificado para a alteração de suas normas. Por fim, a Constituição foi promulgada solenemente, simbolizando a soberania popular.

Com base no caso apresentado, a Constituição do País Beta pode ser classificada como:

- a) Promulgada, dirigente, rígida e analítica.
- b) Outorgada, compromissória, flexível e sintética.
- c) Promulgada, ortodoxa, semirrígida e analítica.
- d) Outorgada, dirigente, rígida e sintética.
- e) Promulgada, pragmática, flexível e analítica.

**14.** Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre os direitos individuais previstos na Constituição Federal e escolha a correta:

- a) A liberdade de imprensa, por ser um direito fundamental essencial para a democracia, deve ser exercida sem quaisquer limitações, sendo vedada qualquer forma de censura prévia ou posterior.
- b) O direito à liberdade de expressão, amparado pela Constituição Federal, garante ao jornalista total imunidade contra quaisquer processos judiciais, independentemente do conteúdo da publicação, mesmo que este contenha informações comprovadamente falsas ou difamatórias, desde que o jornalista acredite na veracidade dos fatos.
- c) O STF já consolidou o entendimento de que a liberdade de imprensa não é um direito absoluto e ilimitado, podendo e devendo ser ponderada com outros direitos fundamentais igualmente protegidos pela Constituição, como a honra, a imagem e a privacidade das pessoas, especialmente quando houver conflito entre eles.
- d) O artigo 5º da CF estabelece expressamente que é garantido o anonimato como forma de proteção à liberdade de expressão, assegurando aos jornalistas, em situações de denúncia e investigações de crimes, o direito de não revelar suas fontes e de publicar informações sem identificação, visando garantir a segurança e a integridade física dos informantes.
- e) O direito de resposta, que deve ser proporcional ao agravo, é exclusivo para casos comprovados de calúnia e difamação, não se aplicando a outras situações em que haja erro de informação ou divulgação de notícias falsas que causem dano à imagem de alguém.

**15.** João foi condenado criminalmente por um crime contra a administração pública, com trânsito em julgado da sentença. Durante o cumprimento de sua pena, João decidiu retomar sua vida profissional e prestou concurso público para o cargo de técnico administrativo em uma autarquia federal. Apesar de ter sido aprovado em todas as etapas do certame, sua nomeação foi questionada pela administração pública sob o argumento de que ele estaria com seus direitos políticos suspensos, nos termos do artigo 15, III, da Constituição Federal.

Diante dessa situação, e considerando a jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão dos direitos políticos impede a posse de João no cargo público, pois a condenação criminal transitada em julgado é incompatível com o exercício de qualquer função pública.
- b) João poderá ser nomeado e tomar posse no cargo, independentemente da natureza do crime praticado, pois o princípio da dignidade da pessoa humana garante o pleno acesso ao trabalho.
- c) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de João, desde que o crime praticado não seja incompatível com as atribuições do cargo público para o qual foi aprovado.
- d) A nomeação e posse de João dependerão exclusivamente de decisão administrativa da autarquia, sem necessidade de análise pelo juízo das execuções penais.
- e) João não poderá exercer o cargo público enquanto estiver cumprindo pena, mesmo que haja compatibilidade entre a infração penal praticada e as funções do cargo.

**16.** Um Estado da Federação editou uma lei que institui um sistema de cotas para preenchimento de vagas em sua universidade estadual, reservando parte das vagas exclusivamente para candidatos que tenham cursado o ensino médio em escolas localizadas no território do referido ente federativo. A justificativa apresentada para a

medida foi a correção de desigualdades socioeconômicas regionais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) A medida é válida, pois o ente federativo possui autonomia para legislar sobre educação e adotar políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais.
- b) A medida é inconstitucional, pois viola o princípio da igualdade e o disposto no art. 19, III, da Constituição Federal, ao criar discriminação regional infundada.
- c) A medida é válida, desde que as vagas reservadas sejam destinadas exclusivamente a alunos egressos de escolas públicas.
- d) A medida é inconstitucional, pois a reserva de vagas em universidades públicas é de competência exclusiva da União, sendo vedada aos Estados.
- e) A medida é válida, pois atende ao objetivo fundamental da República de erradicar as desigualdades sociais e regionais, conforme previsto no art. 3º, III, da Constituição Federal.

**17.** A respeito do processo legislativo, julgue os itens a seguir:

- I. O veto será apreciado em sessão unicameral, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- II. É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- III. A Câmara dos Deputados é a casa onde se devem iniciar todos os projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF ou de tribunal superior, cabendo ao Senado o papel de casa revisora.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas II e III são falsas.
- b) As assertivas I e II são falsas.
- c) As assertivas I e III são falsas.
- d) As assertivas I, II e III são falsas.
- e) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

**18.** O Prefeito do Município Delta, ao ser notificado de uma decisão judicial que determinava a reintegração de posse de uma área ocupada irregularmente por famílias de baixa renda, decidiu não cumprir a ordem judicial, alegando que a remoção das famílias violaria o princípio da dignidade da pessoa humana. Diante da inércia do Prefeito, o Juiz responsável pelo caso determinou a aplicação de multa pessoal e comunicou o fato ao Tribunal de Justiça do Estado para apuração de possível crime de desobediência. O Prefeito, inconformado, impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem.

Considerando a sistemática constitucional e os meios de impugnação cabíveis, é correto afirmar que:

- a) Pode ser interposto recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, desde que demonstrada violação direta à Constituição da República.
- b) Pode ser interposto recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, para análise de eventual violação de lei federal.
- c) Pode ser ajuizada reclamação constitucional diretamente ao Supremo Tribunal Federal, alegando descumprimento de súmula vinculante.
- d) Pode ser interposto recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de decisão denegatória em mandado de segurança.
- e) Não é cabível recurso, sendo a decisão do Tribunal de Justiça irrecorrível.

**19.** Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas à poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) Por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público.
- e) Por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

**MINISTÉRIO PÚBLICO***Tiago Zanolla*

**20.** Durante uma aula de preparação para concurso, o professor apresentou a seguinte situação: em uma investigação criminal, um Promotor de Justiça identificou indícios de tráfico de drogas e exploração sexual infantil. Diante da gravidade, decidiu requerer a prisão preventiva dos suspeitos diretamente ao Poder Judiciário. Um aluno questionou se o Ministério Público poderia, ele próprio, decretar a prisão.

Com base na Constituição Federal e na natureza do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público poderia decretar a prisão, pois é instituição essencial à jurisdição e possui poder de aplicar medidas cautelares.
- b) O Ministério Público não poderia decretar a prisão, pois não exerce jurisdição, devendo apenas representar ao juiz competente.
- c) O Ministério Público poderia decretar a prisão em caso de urgência, desde que confirmada pelo juiz no prazo de 24 horas.
- d) O Ministério Público poderia decretar a prisão somente quando atuasse como fiscal da lei, não como parte do processo.
- e) O Ministério Público poderia decretar a prisão se autorizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

**21.** Durante uma investigação, o Procurador-Geral de Justiça expediu orientação interna determinando que todos os promotores de primeira instância deveriam, em casos de crimes contra a administração pública, obrigatoriamente oferecer denúncia, ainda que entendessem não haver provas suficientes. O promotor Henrique, responsável por um inquérito, verificou que não existiam elementos mínimos para a acusação e decidiu requerer o arquivamento.

À luz do princípio da independência funcional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) Henrique agiu incorretamente, pois está vinculado à ordem hierárquica do Procurador-Geral em todas as manifestações funcionais.

b) Henrique agiu corretamente, pois cada membro do MP possui autonomia para formar sua convicção jurídica, independentemente de ordens internas, embora limitado pela Constituição e pelas leis.

c) Henrique deveria ter cumprido a ordem superior, mas poderia apresentar ressalva de sua posição em manifestação escrita.

d) Henrique deveria ter submetido previamente sua decisão ao Conselho Nacional do Ministério Público para validação.

e) Henrique agiu incorretamente, pois, em matéria criminal, inexiste independência funcional, prevalecendo a orientação administrativa superior.

**22.** O Procurador-Geral de Justiça de São Paulo entrou em gozo de férias por 10 dias, tendo sido substituído por Subprocurador-Geral que ele próprio indicou. Meses depois, em razão de licença médica de 30 dias, a substituição voltou a ser necessária. Um servidor perguntou quem assumiria a chefia nesse segundo caso.

À luz da lei complementar do Ministério Público paulista, é correto afirmar que:

- a) A substituição sempre cabe ao Subprocurador-Geral indicado pelo Procurador-Geral, independentemente do tempo de afastamento.
- b) A substituição, nos afastamentos de até 15 dias, cabe ao Subprocurador-Geral indicado; nos afastamentos superiores a 15 dias, cabe ao membro mais antigo do Conselho Superior do MP em segunda instância.
- c) A substituição, nos afastamentos de até 30 dias, cabe sempre ao Vice-Procurador-Geral de Justiça, e apenas após esse período passa ao Conselho Superior.
- d) A substituição, nos afastamentos superiores a 15 dias, depende de escolha do Governador do Estado.
- e) A substituição, em qualquer hipótese, depende de aprovação da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

**23.** Imagine que um município tenha sido atingido por fortes enchentes que destruíram pontes, estradas e parte da rede elétrica. Para restabelecer a infraestrutura e garantir condições mínimas de mobilidade e segurança, a Administração Pública decide adotar medidas emergenciais, como: (i) interdição de áreas de risco e desapropriação de imóveis para construção de diques; (ii) contratação direta de empresas para obras emergenciais de reconstrução; e (iii) requisição de veículos particulares para apoio logístico às equipes de resgate.

É correto afirmar nessa situação que a conduta da Administração visa materializar de forma direta o princípio da

- a) legalidade.
- b) probidade administrativa.
- c) impessoalidade.
- d) supremacia do interesse público.
- e) moralidade.

**24.** Enquanto os \_\_\_\_\_ consistem em acontecimentos materiais que podem ou não gerar efeitos jurídicos, o \_\_\_\_\_ traduz-se na manifestação unilateral de vontade da Administração voltada à produção imediata de efeitos jurídicos. Já o \_\_\_\_\_ é a avença firmada entre a Administração e o particular, caracterizada pela presença de cláusulas específicas que refletem a supremacia do interesse público, e o \_\_\_\_\_ corresponde à sequência organizada de atos voltados à formação de uma decisão administrativa.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- a) atos administrativos ... fato administrativo ... contrato administrativo ... processo administrativo
- b) fatos administrativos ... ato administrativo ... contrato administrativo ... processo administrativo

c) fatos administrativos ... ato da Administração ... contrato privado ... procedimento disciplinar

d) atos do princípio ... ato administrativo ... contrato privado ... processo legislativo

e) fatos da Administração ... ato legislativo ... convênio ... processo administrativo

**25.** Durante uma operação de fiscalização no trânsito, a Administração Pública determina que determinados veículos sejam removidos do local por estarem estacionados em área proibida. Mesmo sem a concordância dos proprietários, a ordem deve ser cumprida, impondo obrigações diretas aos particulares.

Trata-se do atributo do ato administrativo denominado

- a) legitimidade.
- b) veracidade.
- c) autoexecutoredade.
- d) tipicidade.
- e) imperatividade.

**26.** Quando a Administração Pública decide, por exemplo, escolher o local mais adequado para instalar um equipamento público, ou definir se determinada licença deve ser concedida considerando critérios de oportunidade e conveniência previamente delimitados em lei, o poder que está sendo exercido é denominado poder

- a) disciplinar.
- b) de polícia.
- c) regulamentar.
- d) discricionário.
- e) vinculado.

**27.** São unidades que integram a estrutura do Estado, resultantes da desconcentração administrativa, subordinadas hierarquicamente, indispensáveis para a execução de funções estatais. Não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio próprio ou autonomia financeira, atuando em nome da pessoa jurídica a que pertencem.

É correto afirmar que o trecho apresentado se refere

a) às fundações públicas.

b) aos órgãos públicos.

c) às agências reguladoras.

d) às sociedades de economia mista.

e) às entidades paraestatais.

**28.** Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o regime de contratação em que o contratado assume a responsabilidade de elaborar e desenvolver tanto o projeto básico quanto o projeto executivo, além de executar as obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar todas as etapas até a entrega final do objeto em condições de funcionamento, denomina-se

a) empreitada integral.

b) contratação semi-integrada.

c) empreitada por preço global.

d) contratação integrada.

e) empreitada por preço unitário.

**29.** De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), analise as afirmativas abaixo:

I. Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei, não bastando a simples voluntariedade do agente.

II. As disposições da Lei são aplicáveis, no que couber, ao terceiro que induza ou concorra culposa ou dolosamente para a prática do ato de improbidade.

III. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deve representar ao Tribunal de Contas competente, para as providências cabíveis.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a afirmativa I está correta.

b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

d) Somente a afirmativa III está correta.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

**30.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando a Administração Pública pretende contratar serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, como elaboração de pareceres, perícias ou consultorias, desde que prestados por profissional ou empresa de notória especialização, em que não seja possível fazer a competição, trata-se de hipótese de

a) concurso.

b) dispensa de licitação.

c) inexigibilidade de licitação.

d) diálogo competitivo.

e) pregão.

**DIREITO PENAL***Renan Araújo*

**31.** Leonardo, brasileiro, foi condenado na Espanha pelo crime de corrupção passiva. Segundo consta, Leonardo, então funcionário público brasileiro, aceitou promessa de vantagem indevida em razão da função pública, a fim de beneficiar empresas espanholas. Depois do trânsito em julgado da sentença condenatória, Leonardo se apresentou espontaneamente e cumpriu integralmente a pena de 03 anos de reclusão imposta naquele país. Após, Leonardo decidiu se mudar para a Itália, não tendo mais retornado ao Brasil.

Nesse caso, é correto afirmar que Leonardo:

- a) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, por se tratar de extraterritorialidade hipercondicionada.
- b) somente poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato caso retorne ao país.
- c) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, mas a pena cumprida no exterior deverá ser computada na pena a ser cumprida no Brasil.
- d) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada, pelo princípio da representação.
- e) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, pois se trata de hipótese de extraterritorialidade condicionada.

**32.** Após uma frívola discussão causada por desavenças numa reunião de condomínio, Letícia, desejando matar sua vizinha Clara, desferiu uma facada na vítima. Clara foi socorrida e levada ao hospital, tendo sido submetida a um procedimento cirúrgico. Horas depois, já em repouso no quarto, Clara acabou por falecer em razão de um vazamento de gás, que provocou a asfixia da vítima. As causas do vazamento de gás são desconhecidas.

Nesse caso, é correto afirmar que Letícia:

- a) deverá responder por homicídio simples consumado, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais

- b) deverá responder por homicídio simples tentado, em razão de concusa superveniente relativamente independente, que por si só, produziu o resultado
- c) deverá responder por homicídio qualificado consumado, em razão da teoria da equivalência dos antecedentes causais
- d) deverá responder por homicídio qualificado tentado, em razão de concusa superveniente relativamente independente, que por si só, produziu o resultado, em razão da teoria da equivalência dos antecedentes causais
- e) deverá responder por homicídio qualificado tentado, em razão de concusa superveniente relativamente independente, que por si só, produziu o resultado, em razão da teoria da causalidade adequada.

**33.** Igor, reincidente em razão de condenação anterior por crime de contrabando, foi condenado pela prática do crime de roubo simples. Quando da prolação da sentença, o Juiz considerou que Igor era portador de circunstâncias judiciais favoráveis, tendo fixado a pena no mínimo legal, 04 anos de reclusão, além da multa.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- b) poderá ser fixado o regime inicial aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- c) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, mas não será possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- d) deverá ser fixado o regime inicial fechado, e não será possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- e) deverá ser fixado o regime inicial fechado, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

**34.** Jurema, então com 20 anos de idade, praticou, no dia 10.06.2019, crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). A denúncia foi oferecida em 12.08.2021, tendo sido recebida em 17.08.2021. Após a regular instrução processual, Jurema foi condenada a uma pena de 01 ano de reclusão, além da multa. A sentença foi proferida em 10.08.2025, não tendo havido interposição de recurso por parte do MP. A defesa, porém, interpôs recurso de apelação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Não ocorreu prescrição.
- b) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória recorrível.
- c) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia.
- d) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva com base na pena máxima em abstrato.
- e) Ocorreu prescrição da pretensão executória.

**35.** Acerca dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a alternativa incorrecta:

- a) A conduta de matar mulher configura o crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, desde que o crime seja praticado por razões da condição do sexo feminino.
- b) O crime de extorsão é formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- c) O perdão judicial é cabível no homicídio culposo, quando o Juiz considerar que as consequências da infração atingiram o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se mostra desnecessária, o que também se aplica à lesão corporal culposa.
- d) No crime de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de

um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

e) configura homicídio qualificado aquele praticado contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

**36.** Rafael, reincidente, decide invadir uma casa em um bairro residencial, a fim de subtrair alguns bens. Embora a casa esteja desabitada, o larápio escolhe agir durante a madrugada, por volta das 2h, quando a maioria dos moradores da vizinhança está dormindo. Rafael, então, arromba a porta dos fundos da casa e entra no local, furtando diversos objetos. Após subtrair os bens, Rafael empreende fuga, mas é preso em flagrante minutos depois, pois a polícia havia sido acionada por um vizinho, que percebeu a ação criminosa.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois se trata de furto qualificado, o que afasta a aplicação da majorante.
- b) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois o crime foi praticado em uma residência desabitada.
- c) Rafael terá a pena aumentada de um terço, conforme o § 1º do art. 155 do Código Penal, pois o crime foi praticado durante o repouso noturno.
- d) O crime de furto não se consumou, pois o infrator não teve a posse mansa, pacífica ou desvigiada da coisa.
- e) Caso os bens subtraídos sejam de pequeno valor, o Juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL***Antônio Pequeno*

**37.** Um técnico judiciário do Tribunal de Justiça de SP praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na Lei nº 13.869/2019, marque a alternativa incorreta.

- a) Os crimes previstos nesta lei só cabem na forma dolosa.
- b) A ação penal é pública incondicionada.
- c) A perda do cargo, mandato ou função pública é um dos efeitos da condenação.
- d) Na lei, não há previsão de penas restritivas de direitos.
- e) A pena privativa de liberdade para os crimes de abuso de autoridade é a pena de detenção.

**38.** Um agente público do estado Alfa submeteu uma pessoa presa a intenso sofrimento físico como forma de aplicar castigo pessoal. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta:

- a) Ele responderá pelo crime de tortura na forma simples.
- b) Ele responderá pelo crime de tortura qualificada.
- c) Agiu em estrito cumprimento do dever legal.
- d) Responderá pelo crime de tortura castigo e incidirá uma causa de aumento de pena por ser um agente público.
- e) Ele responderá pelo crime de maus-tratos.

**39.** Maria, envolvida com uma organização criminosa direcionada à prática de lavagem de dinheiro, resolve fazer uma colaboração premiada. Com base na Lei nº 9.613/1998, ela poderá receber como prêmio, caso tenha efeito a colaboração, o (s) seguinte (s) benefício (s):

- a) Perdão judicial, apenas.
- b) Redução de pena, apenas.
- c) Mudança de regime de cumprimento de pena, apenas.

d) Prisão domiciliar no caso de condenação.

e) A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

**40.** Quanto ao crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 da Lei nº 10.826/2003, marque a alternativa incorreta.

- a) Quanto ao sujeito ativo, é crime comum.
- b) Quanto ao elemento subjetivo, é crime que só cabe na forma dolosa.
- c) É punido com a pena de reclusão.
- d) É um crime que além da pena de reclusão vem com a pena de multa.
- e) é um crime que cabe na forma dolosa e culposa.

**41.** Bartolomeu, conhecido traficante do estado de SP, além de praticar o tráfico de drogas passou a investir nos próprios negócios ilícitos com o objetivo de expandir o comércio de drogas no Nordeste, financiando e custeando. Com base nessa situação hipotética, Bartolomeu será responsabilizado, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) No crime de tráfico de drogas na forma simples.
- b) No crime de tráfico de drogas na forma qualificada.
- c) No crime de tráfico de drogas na forma majorada pelo financiamento e o custeamento do tráfico.
- d) No crime de tráfico de drogas e financiamento e custeamento para o tráfico, através do concurso material.
- e) No crime de financiamento e custeamento para o tráfico, apenas.

**42.** Um policial civil, valendo de suas funções, foi condenado pelo crime de organização criminosa. Com base nessa situação hipotética, quando ocorrer o trânsito em julgado da condenação, o que poderá ser acarretado para o agente público como efeito da condenação?

- a) a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- b) pena privativa de liberdade.
- c) pena de multa.
- d) pena de detenção.
- e) apenas a interdição.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

*Priscila Silveira*

**43.** Sobre o inquérito policial, conforme disposto no Código de Processo Penal (CPP), assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial pode realizar uma simulação dos fatos para apurar a forma como a infração pode ter ocorrido, mesmo que tal ato possa contrariar a moral ou a ordem pública.
- b) Todas as peças que compõem o inquérito policial devem ser reunidas em um único processo, redigidas ou datilografadas, e rubricadas pela autoridade responsável.
- c) O inquérito policial deve ser concluído em 30 dias quando o investigado estiver preso em flagrante ou sob prisão preventiva.
- d) Os instrumentos do crime e os objetos relevantes para a investigação não seguem com os autos do inquérito policial.
- e) O inquérito policial jamais acompanha a denúncia ou queixa, pois é sempre considerado dispensável.

**44.** Carla foi vítima de um crime cuja ação penal depende de representação. Logo após o ocorrido, ela dirigiu-se à Delegacia de Polícia e, verbalmente, manifestou à autoridade policial o desejo de representar contra o autor do fato. O Ministério

Público ofereceu a denúncia, mas antes de seu recebimento, Carla decidiu que queria retirar a representação. Considerando apenas essas informações, é correto afirmar que Carla:

- a) não tem a possibilidade de desistir da representação, pois o Código de Processo Penal não prevê essa retratação.
- b) não pode se retratar da representação, uma vez que a denúncia já foi formalmente apresentada pelo Ministério Público.
- c) pode desistir da representação mesmo depois do recebimento da denúncia.
- d) tem a possibilidade de se retratar da representação enquanto a denúncia não tiver sido recebida pelo juiz.
- e) pode revogar a representação a qualquer momento, inclusive após a sentença.

**45.** A propositura de ação penal pode ser de iniciativa privada, dependendo da tipificação prevista no Código Penal. Com base nas normas do Código de Processo Penal sobre a ação penal privada, assinale a afirmativa correta:

- a) Se o autor da ação conceder perdão a um dos réus, e este aceitar, o efeito do perdão se estenderá automaticamente a todos os demais réus, em razão do princípio da indivisibilidade da ação.
- b) A ação penal será considerada extinta por perempção se, após ter sido iniciada, o autor deixar de impulsionar o processo por 20 dias consecutivos.
- c) O perdão do ofendido pode ser aceito por um procurador que possua poderes gerais de representação.
- d) Fundos, associações ou sociedades regularmente constituídas podem exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem seus estatutos ou contratos sociais indicarem ou, na ausência dessa indicação, por seus diretores ou administradores.
- e) Nos casos de falecimento do ofendido ou de declaração de ausência judicial, a punibilidade do agente será considerada extinta, pois o direito de apresentar queixa é personalíssimo.

**46.** A respeito da ação penal privada subsidiária da pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) cabe ao Ministério Público aditar a queixa.
- b) no caso de negligência do querelante e com concordância deste, o Ministério Público poderá retomar a ação penal como parte principal.
- c) repudiar a inicial acusatória e oferecer denúncia substitutiva.
- d) é possível a intervenção em todos os termos do processo.
- e) poderá fornecer elementos de prova.

**47.** Sobre as regras de competência previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A competência será definida, em regra, pelo domicílio ou pela residência do acusado, ainda que seja conhecido o local onde ocorreu a infração.
- b) Quando não for possível identificar o local do crime, a competência será fixada com base no domicílio ou na residência do acusado. Havendo mais de uma residência, prevalecerá o critério da prevenção.
- c) Nos crimes de ação penal exclusivamente privada, o ofendido poderá optar pelo foro do domicílio ou da residência do acusado, exceto quando for conhecido o lugar da prática da infração.
- d) Haverá fixação de competência por conexão quando duas ou mais pessoas forem processadas pela prática de uma mesma infração penal.
- e) A conexão e a continência acarretam unidade de processo e de julgamento, inclusive nos casos de concurso entre a Justiça comum e a Justiça militar.

**48.** No que se refere às provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes que deixam vestígios, é obrigatório o exame de corpo de delito, seja ele direto ou indireto, não podendo ser substituído pela confissão do acusado.
- b) O exame de corpo de delito pode ser realizado em qualquer dia e horário, conforme a necessidade do caso.
- c) A ausência de exame complementar não pode ser suprida pelo depoimento de testemunhas.
- d) O juiz está vinculado ao laudo pericial, não lhe sendo permitido rejeitá-lo ou aceitá-lo livremente.
- e) O juiz deve formar sua convicção pela livre apreciação das provas colhidas sob contraditório judicial, sendo vedado fundamentar sua decisão exclusivamente em elementos informativos da investigação.

**49.** Acerca dos documentos de prova, das testemunhas, do interrogatório e da confissão, assinale a alternativa correta:

- a) Podem ser admitidas em juízo cartas particulares que tenham sido interceptadas ou obtidas por meio ilícito.
- b) O acusado poderá optar por ser interrogado sem a presença de advogado.
- c) Quando houver mais de um réu, o interrogatório poderá ser realizado em conjunto ou separadamente.
- d) A confissão só tem validade se for realizada no momento do interrogatório.
- e) A reprodução fotográfica de um documento, quando devidamente autenticada, terá o mesmo valor probatório que o documento original.

**50.** De acordo com as regras do reconhecimento pessoal previstas no Código de Processo Penal, não é exigido que:

- a) a pessoa chamada para reconhecer descreva previamente as características de quem deverá ser identificado.
- b) o suspeito a ser reconhecido seja colocado ao lado de, no mínimo, duas pessoas com aparência semelhante.
- c) a autoridade tome medidas para impedir que o suspeito veja quem realizará o reconhecimento, quando houver risco de intimidação ou influência na declaração.
- d) seja elaborado auto detalhado do ato, assinado pela autoridade, pela pessoa que realizou o reconhecimento e por duas testemunhas.
- e) no caso de mais de uma pessoa chamada para proceder ao reconhecimento, cada uma o faça separadamente, evitando-se contato entre elas.

**51.** Quanto às disposições sobre busca e apreensão previstas nos artigos 240 a 250 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A busca pessoal em mulher deve ser realizada, obrigatoriamente, por outra mulher.
- b) Uma vez localizada a coisa procurada, ela deve ser apreendida de imediato e apresentada à autoridade judicial.
- c) É vedada, em qualquer situação, a apreensão de documento que esteja em posse do defensor do acusado.
- d) A busca em residência habitada deve ser executada de forma a causar o menor transtorno possível aos moradores, limitado ao necessário para garantir a eficácia da diligência.
- e) Se as autoridades locais tiverem dúvidas fundadas sobre a legitimidade das pessoas que realizam a diligência de busca e apreensão, ou sobre a validade dos mandados exibidos, poderão exigir a comprovação dessa legitimidade, ainda que isso prejudique a diligência.

**52.** No que se refere às normas do processo penal relativas ao acusado e ao seu defensor, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se a possibilidade de o réu ausente ou foragido ser julgado sem a presença de um defensor.
- b) A defesa técnica não pode ser realizada por defensor nomeado pelo juiz, já que essa atribuição é exclusiva da Defensoria Pública.
- c) O acusado que não for reconhecido como pobre poderá ser compelido a pagar os honorários do defensor dativo, fixados pelo magistrado.
- d) O defensor pode abandonar o processo por qualquer razão, desde que apresente justificativa por escrito e comunique o juiz na data da audiência de instrução, que será adiada até a nomeação de novo advogado.
- e) A indicação de defensor exige a apresentação de procuração, ainda que o advogado seja escolhido no momento do interrogatório.

**53.** No que se refere aos sujeitos do processo penal, analise as afirmações abaixo:

- I. O magistrado deve se declarar suspeito quando for sócio, acionista ou administrador de empresa que tenha interesse na causa.
  - II. Compete ao Ministério Público a fiscalização da correta aplicação da lei, bem como a titularidade exclusiva da ação penal pública.
  - III. A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou por advogado nomeado (dativo), pode ser exercida por meio de manifestação devidamente fundamentada.
  - IV. O perito, ainda que não seja oficial, está sujeito às regras de disciplina impostas pelo Poder Judiciário.
- Estão CORRETAS apenas:
- a) I, II e IV.
  - b) I, II, III e IV.
  - c) I, III e IV.
  - d) III e IV.
  - e) I e III

**54.** De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar, em relação à prisão:

- a) Não é permitido o uso de algemas em mulheres.
- b) Se as autoridades locais tiverem dúvidas fundamentadas sobre a legalidade do mandado de prisão, deverão liberar a pessoa detida.
- c) A eficácia do mandado de prisão depende de seu registro no banco de dados do CNJ, não podendo ser cumprido antes dessa formalidade.
- d) A ausência de apresentação do mandado não impede a prisão em caso de crime inafiançável.
- e) Qualquer cidadão pode executar a prisão prevista em mandado devidamente registrado no banco de dados do CNJ.

## DIREITO CIVIL

---

*Paulo Sousa*

**55.** Assinale a alternativa correta sobre o direito de propriedade:

- a) O proprietário pode opor-se a qualquer atividade realizada no espaço aéreo correspondente ao seu terreno, independentemente da altura ou do prejuízo que lhe cause.
- b) A propriedade do solo compreende as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como potenciais de energia hidráulica e monumentos arqueológicos, salvo disposição legal em contrário.
- c) O proprietário pode ser privado de seu bem, em favor de quem esteja na posse ininterrupta e de boa-fé por mais de cinco anos, quando se tratar de relevante interesse social e econômico, conforme decisão judicial.
- d) Os frutos e produtos da coisa pertencem ao proprietário, desde que não estejam incorporados ao bem principal, salvo se lei especial dispuser em sentido contrário.
- e) É vedado ao proprietário explorar recursos minerais existentes no solo, ainda que para emprego imediato na construção civil, mesmo que respeitadas as condições da legislação especial.

**56.** Assinale a alternativa correta sobre os direitos de vizinhança:

- a) O proprietário é obrigado a tolerar a passagem forçada de cabos e tubulações para serviços públicos, mesmo que isso lhe cause prejuízo relevante, sem direito a indenização.
- b) É proibido ao proprietário levantar construções que interceptem a luz e a ventilação de prédio vizinho, qualquer que seja a distância entre os imóveis.
- c) Se o proprietário fechar a passagem que antes permitia para uso de vizinho, este terá direito de restabelecê-la, independentemente de indenização, caso o acesso seja indispensável.
- d) É defeso ao proprietário instalar janelas, sacadas ou varandas a menos de um metro e meio do terreno vizinho.
- e) O proprietário é obrigado a suportar a passagem de águas provenientes de telhados vizinhos, ainda que possa evitar a infiltração sem grandes despesas.

- 57.** Sobre a responsabilidade contratual e extracontratual, assinale a alternativa correta:
- a) A responsabilidade contratual e a responsabilidade extracontratual possuem pressupostos distintos, sendo que nesta última inexiste a necessidade de nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
  - b) A aplicação da Teoria da Perda de uma Chance é restrita aos casos de responsabilidade extracontratual, pois pressupõe violação de dever geral de não prejudicar.
  - c) No inadimplemento contratual, o simples descumprimento do contrato gera automaticamente o dever de indenizar por danos morais, dada a presunção de lesão à dignidade do contratante prejudicado.
  - d) Tanto na responsabilidade contratual quanto na extracontratual, são pressupostos básicos: conduta, dano e nexo de causalidade, admitindo-se, em algumas hipóteses, responsabilidade objetiva.
  - e) A responsabilidade contratual admite sempre cláusula excludente de responsabilidade por dano moral, ao passo que na extracontratual tal cláusula é nula, por envolver direitos indisponíveis.

- 58.** Acerca da evicção, assinale a alternativa correta:

- a) A cláusula que exclui a responsabilidade pela evicção é nula, ainda que o adquirente tenha ciência do risco de perda do bem.
- b) Ocorrendo evicção total, o adquirente não poderá exigir a restituição do preço pago, mesmo que tenha agido de boa-fé.
- c) A evicção parcial não confere ao adquirente o direito de rescindir o contrato, devendo limitar-se à restituição proporcional do preço.
- d) É lícita a cláusula que exclui a responsabilidade pela evicção, se o adquirente souber do risco e expressamente assumir essa responsabilidade.
- e) O alienante responde pela evicção apenas quando houver dolo, sendo excluída sua responsabilidade na hipótese de boa-fé.

- 59.** De acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta sobre os defeitos do negócio jurídico:
- a) O erro sempre invalida o negócio jurídico, independentemente de ser substancial ou acidental, desde que alegado pela parte prejudicada.
  - b) A coação é considerada vício social, pois não compromete a vontade interna, apenas o consenso externo das partes.
  - c) O estado de perigo exige que a necessidade de salvar pessoa da família seja presumida, dispensando prova concreta da situação emergencial.
  - d) A lesão ocorre quando há aproveitamento da inexperiência ou premente necessidade da parte, resultando em prestação manifestamente desproporcional, sendo irrelevante a vantagem obtida pelo outro contratante.
  - e) O dolo acidental não anula o negócio jurídico, mas autoriza a parte a pleitear indenização por perdas e danos.

**60.** O pacto antenupcial é um instrumento jurídico que permite aos nubentes estabelecerem regras específicas sobre o regime de bens a ser adotado no casamento. Sobre esse instituto, assinale a alternativa correta

- a) O pacto antenupcial é válido se celebrado por escritura pública, sendo nulo quando feito por instrumento particular, ainda que homologado judicialmente.
- b) Caso o pacto antenupcial não seja registrado no cartório de registro civil, mas tenha sido lavrado por escritura pública, permanece eficaz perante terceiros.
- c) É possível estipular, por pacto antenupcial, cláusulas que contrariem normas cogentes, como afastar o dever de fidelidade recíproca entre os cônjuges.
- d) A ausência de pacto antenupcial implica a aplicação do regime legal supletivo, qual seja, a separação obrigatória de bens.
- e) O pacto antenupcial pode ser celebrado após o casamento, desde que ambos os cônjuges estejam de acordo e não haja prejuízo a terceiros.

**61.** Assinale a alternativa correta acerca dos negócios jurídicos e seus elementos:

- a) A condição consiste em evento futuro e certo que suspende ou extingue os efeitos do negócio jurídico, conforme disposição das partes.
- b) O termo, por se tratar de evento futuro e incerto, subordina a eficácia do negócio à sua ocorrência, diferindo da condição suspensiva apenas quanto ao prazo.
- c) O encargo suspende a aquisição do direito decorrente do negócio jurídico até que a obrigação imposta seja cumprida pelo beneficiário da liberalidade.
- d) A condição suspensiva subordina a eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto o termo inicial subordina essa eficácia a um evento futuro e certo.

e) O termo e a condição são institutos idênticos, diferenciando-se apenas quanto à sua nomenclatura, não havendo distinção quanto aos efeitos práticos.

**62.** De acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta sobre sucessão legítima:

- a) A sucessão legítima só ocorre quando houver expressa renúncia de todos os herdeiros testamentários.
- b) São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge sobrevivente, que têm direito à legítima, correspondente à metade dos bens da herança.
- c) Os colaterais até o quarto grau são herdeiros necessários e não podem ser excluídos da sucessão pelo testador.
- d) A legítima pode ser reduzida pelo testador a um terço da herança, desde que respeitados os direitos dos herdeiros necessários.
- e) Na falta de herdeiros necessários, a totalidade da herança será destinada aos colaterais, ainda que exista cônjuge sobrevivente.

---

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Ricardo Torques*

**63.** No que diz respeito à Tutela e à Curatela, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Pùblico sempre poderá promover a interdição.
- b) O laudo médico é indispensável para a propositura da ação.
- c) A curatela deve ser atribuída ao parente mais próximo do curatelado.
- d) O Ministério Pùblico intervirá como fiscal da ordem jurídica.
- e) O interditando poderá constituir advogado, e, caso não o faça, a sua representação incumbe ao Ministério Pùblico.

**64.** Cláudio, 12 anos, foi vítima em acidente automobilístico, perdendo um dos seus pais. Com a devida representação, ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais em desfavor de Pedro e Ana, supostos causadores do acidente. O juízo, por entender que o pedido de dano moral era incontroverso, procedeu com o julgamento parcial do mérito, condenando os réus ao pagamento de R\$ 50.000,00 a título de danos morais, e os réus apresentaram os recursos competentes. O Ministério Público foi intimado de todos os atos. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que Cláudio estava representado, não era necessária a intervenção do Ministério Público.
- b) A parte poderá executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposta.
- c) O recurso cabível da decisão que julga parcialmente o mérito de forma antecipada é a apelação.
- d) O pedido mostrar-se incontroverso não é fundamento para o julgamento parcial do mérito.
- e) A decisão que julgar parcialmente o mérito somente poderá reconhecer a existência de obrigação líquida.

**65.** Flávia, menor, ajuizou ação de fixação de alimentos em desfavor do seu genitor. Após a instrução do processo, foi proferida sentença condenando o genitor ao pagamento de 30% do seu salário líquido a título de alimentos. Após algum tempo cumprindo a obrigação alimentar, o genitor parou de efetivar os pagamentos nos últimos dois meses, de modo que Flávia pretende requerer o cumprimento de sentença das duas prestações inadimplidas, ainda que para tanto seja necessária sua prisão. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.
- b) caso decretada a sua prisão, o cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas.
- c) se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.
- d) para a possibilidade de prisão, exige-se que o atraso seja de, no mínimo, três prestações da verba alimentar.
- e) eventual prisão será cumprida em regime semiaberto, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

**66.** No que diz respeito ao título executivo no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- b) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para serem executados.
- c) Os contratos de seguro são títulos executivos extrajudiciais.
- d) No caso de um contrato particular constituído por meio eletrônico e com integridade conferida por provedor de assinatura, exige-se a assinatura de duas testemunhas para que sejam considerados título executivo extrajudicial.
- e) A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

**67.** Em determinado litígio coletivo pela posse de terra urbana envolvendo particulares e a fazenda pública, o juiz determinou a intimação do Ministério Público para atuar como fiscal da ordem jurídica. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- b) O litígio coletivo de terra urbana, diferentemente do litígio coletivo de terra rural, não impõe a intervenção do Ministério Público.
- c) O Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;
- d) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica.
- e) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz deverá intimá-lo novamente.

**68.** De acordo com o Código de Processo, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo, caberá a utilização de:

- a) chamamento ao processo.
- b) denunciação da lide.
- c) assistência litisconsorcial.
- d) nomeação à autoria.
- e) assistência simples.

**69.** Bruna foi recentemente empossada como Analista no Ministério Público de São Paulo e atualmente trabalha em promotoria com atribuição cível. Ao auxiliar na criação de uma minuta de petição inicial, ficou em dúvida quanto à atribuição do valor da causa. Trata-se de uma demanda com cumulação de pedidos. Nessa hipótese, de acordo com o Código de Processo Civil, o valor da causa corresponderá

- a) à soma dos valores de todos eles.
- b) ao pedido de menor valor.
- c) ao pedido principal.
- d) ao pedido de maior valor.
- e) a qualquer um dos pedidos.

**70.** Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. De acordo com o Código de Processo Civil, se não houver retratação,

- a) o juiz deverá encaminhar os autos imediatamente ao tribunal.
- b) deve ser certificado o trânsito em julgado.
- c) o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.
- d) o juiz mandará intimar o réu para responder ao recurso.
- e) o juiz somente deverá comunicar o réu caso a sentença transite em julgado.

**DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE***Géssica Ehle*

71. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o fornecimento de bebida alcoólica a criança ou adolescente configura crime nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Súmula 669 do STJ criminalizando a conduta que antes era tipificada apenas como contravenção penal. Diante da análise de outros entendimentos do STJ, é correto afirmar que:

- a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 18 anos.
- b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente quando os pais tiverem sido destituídos do poder familiar.
- c) Contrair relação amorosa com menor de 14 (quatorze) anos que já viveu inúmeras relações sexuais prévias não é mais considerado estupro de vulnerável.
- d) A corrupção de menor de 18 (dezoito) anos independe de prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.
- e) Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer identificação compulsória.

72. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente deve nortear a interpretação e aplicação de todas as normas relacionadas à infância e à juventude. Nesse sentido, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- a) A guarda compartilhada estabelecida pela Lei nº 13.058/2014, que altera o Código Civil, deixou de ser a regra no direito brasileiro em razão do princípio do melhor ou superior interesse da criança e do adolescente.
- b) Na adoção internacional, para que a autoridade Central Estadual possa deixar de reconhecer os efeitos da decisão da autoridade competente do país de origem da criança ou do adolescente, deverá ser ouvido o Ministério Público.
- c) O princípio do melhor interesse da criança admite relativização quando em confronto com interesses patrimoniais dos pais, especialmente em litígios envolvendo partilha de bens.
- d) Em razão do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, quando da necessidade de colocação em família substituta, o adolescente será protegido pelo desconhecimento dos detalhes de seu caso, sendo absolutamente desnecessária sua oitiva.
- e) Por ser medida de caráter transitório, que visa regulamentar situação de fato, a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo pela autoridade policial.

73. De acordo com o estabelecido como garantias processuais ao adolescente que esteja privado de sua liberdade, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, não consta:

- a) sua defesa técnica por advogado.
- b) o direito de ter seu depoimento colhido por equipe multiprofissional.
- c) assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados.
- d) direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- e) pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

**74.** O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, estabelece como competências do Ministério Público, exceto:

- a) promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
- b) instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
- c) inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento, adotando medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades.
- d) desde que não seja parte, intervir nas causas cíveis e criminais decorrentes de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- e) conceder a remissão como forma de extinção do processo.

**75.** Em uma escola da rede privada de educação da cidade de Restinga Sêca, RS, uma aluna de 15 (quinze) anos, Ana, tem sido alvo constante de práticas de Bullying. Seus colegas riem da textura de seu cabelo, e falam sobre a cor de sua pele. Indignada com a situação que vem enfrentando, Ana procura a Direção e questiona sobre o porquê não tem mais discussão sobre pautas referentes à cultura da população negra. Surpresos com as indagações da aluna, e de acordo com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, a equipe diretiva:

- I. Poderá aplicar alguma medida disciplinar aos desordeiros, como a advertência, mas nada poderá fazer em termos de ensino, uma vez que o círculo de pais e mestres votou pela exclusão de temáticas como a cultura afro-brasileira.
- II. Responde à aluna que está a par da situação, mas que as Leis Federais obrigam o ensino da história geral da África e da história da população negra apenas durante o ensino fundamental.

III. Poderá explicar à Ana que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, sendo obrigatório apenas nas aulas de história e que, diante disso, chamará a atenção do professor.

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**76.** Nos termos da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel), configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial:

- I. ocorrida no âmbito do domicílio, desde que cometida por quem detenha o poder familiar.
- II. cometida por familiares que integrem a família natural até o segundo grau.
- III. que tenha sido praticada em qualquer relação doméstica e familiar, observada a coabitAÇÃO.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS***Ricardo Torques*

77. O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública em matéria de direito do consumidor, pleiteando obrigação de fazer pelo réu. O juízo julgou procedente a pretensão ministerial e, em sede de cumprimento definitivo de sentença determinou a conversão da obrigação em perdas e danos. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a conversão determinada

- a) é vedada, sendo imprescindível o cumprimento de acordo com o título judicial.
- b) é preferencial à obrigação de fazer.
- c) somente se admite no caso de ser impossível a tutela específica.
- d) somente se admite se for impossível a obtenção do resultado prático correspondente.
- e) somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

78. O Ministério Público ajuizou ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos em matéria de direito do consumidor. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- a) Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- b) O Ministério Público, ainda que ajuíze a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
- c) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal quando o dano for de âmbito local.
- d) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano para os danos de âmbito nacional ou regional.
- e) A liquidação e a execução de eventual sentença poderão ser promovidas pela vítima, mas não pelos seus sucessores, por ter natureza personalíssima.

79. O Ministério Público estadual ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor do Prefeito da cidade X. Devidamente citado, ele permaneceu inerte, sendo-lhe decretada a revelia. Diante da revelia, o Ministério Público pleiteou pela produção de prova testemunhal, que foi indeferida pelo juiz. Sem mais provas a produzir, os autos foram conclusos para sentença e o juízo julgou improcedente a demanda, por entender inexistente o dolo na conduta do prefeito da cidade X. O Ministério Público não recorreu da decisão. Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Diante da revelia do réu, não era possível ao juiz julgar improcedente o pedido.
- b) Mesmo sem recurso do Ministério Público, a improcedência da ação coletiva exige o reexame necessário pelo tribunal.
- c) Da decisão que indeferiu a prova testemunhal, era cabível a interposição de agravo de instrumento.
- d) A ação deve ter sido proposta no foro do domicílio do réu.
- e) O prazo que o réu tinha para contestar era de 15 dias.

80. Carlos e Flávia são gestores públicos réus em ação civil pública intentada pelo Ministério Público Estadual. De acordo com a Lei 8.429/1992, na hipótese de litisconsórcio passivo, eventual condenação

- a) ocorrerá de maneira solidária.
- b) ocorrerá proporcionalmente ao número de réus, devendo cada um arcar com metade do valor eventualmente devido.
- c) ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade.
- d) ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, admitida solidariedade de forma justificada.
- e) ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos e indiretos, vedada qualquer solidariedade.

**81.** Assinale a alternativa que esteja de acordo com a Lei de Ação Popular (Lei nº 4.717/1965).

- a) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- b) Não se admite a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
- c) A pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação não poderá atuar ao lado do autor.
- d) As partes não pagarão custas e/ou preparo.
- e) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas.

**82.** O Ministério Público ajuizou ação civil pública em desfavor de instituições financeiras pleiteando a condenação em virtude de violação a direitos individuais homogêneos. Em sede de contestação, as instituições financeiras alegaram a prescrição, tendo em vista que teriam decorridos mais de 5 (cinco) anos do conhecimento do ato impugnado. Para tanto, utilizaram como fundamento artigo da Lei de Ação Popular (Lei 4.717/1965), que traz dispositivo específico sobre o assunto. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em Ações Civis Públicas, o prazo prescricional é de:

- a) 20 anos.
- b) 10 anos.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) imprescritível.

**83.** De acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.
- b) Admite-se a instauração de ofício de inquérito civil.
- c) O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, improrrogável.
- d) O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer a qualquer momento, enquanto não prescrita a pretensão.
- e) O inquérito civil possui natureza bilateral e obrigatória.

**84.** Após a instrução de determinado inquérito civil, o seu presidente está convencido da necessidade de que seja impetrado mandado de injunção coletivo sobre o objeto da demanda, por entender que a tutela pretendida é especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica. De acordo com a Lei 13.300/2016,

- a) O Ministério Público não é legitimado para a propositura de mandado de injunção coletivo.
- b) O mandado de injunção coletivo induz litispendência em relação aos individuais.
- c) No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente às pessoas integrantes da coletividade, do grupo, da classe ou da categoria substituídos pelo impetrante.
- d) Recebida a petição inicial, será ordenada a citação do impetrado para apresentação de contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
- e) No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*.

**85.** Uma associação recém-constituída (6 meses) pretende ajuizar ação civil pública em relação a objeto que está dentro das suas finalidades institucionais. Em consulta a assessor jurídico, no entanto, foi informada da necessidade de que estivesse constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil. De acordo com a Lei 7.347/1985, o requisito da pré-constituição

- a) é indispensável.
- b) somente será indispensável se se tratar de relação de consumo.
- c) somente pode ser dispensado a pedido do Ministério Público.
- d) é de 3 (três) meses.
- e) poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido

**86.** O Ministério Público Estadual pretende ajuizar ação para apuração judicial de irregularidades em entidade de atendimento governamental de atendimento à pessoa idosa. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), é correto afirmar que:

- a) O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.
- b) Trata-se de procedimento que exige prova documental pré-constituída, sendo vedada a realização de audiência de instrução e julgamento.
- c) É vedado decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade.
- d) A apuração deve tramitar exclusivamente de forma extrajudicial, inexistindo previsão legal de sua judicialização.
- e) Somente se admite a propositura da ação em face de entidades não governamentais.

**87.** Pedro pretende impetrar mandado de segurança em face de ato que reputa ilegal em seleção pública. Ao procurar assistência jurídica, foi informado corretamente que o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos

- a) 30 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) 20 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- c) 120 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- d) 60 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- e) 50 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

**88.** O Ministério Público ajuizou ação civil pública em desfavor de Cláudio, rico fazendeiro, pleiteando a reparação de danos ambientais causados em determinada área de sua propriedade. Devidamente citado, Cláudio argumentou a ocorrência de prescrição, tendo em vista que já teriam decorridos mais de 10 anos do dano citado. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pretensão de reparação civil de dano ambiental

- a) é imprescritível.
- b) prescreve em 5 anos.
- c) prescreve em 10 anos.
- d) prescreve em 15 anos.
- e) prescreve em 20 anos.

**DIREITO COMERCIAL E EMPRESARIAL***Cadu Carrilho*

**89.** Sobre o exercício de empresa e sociedade por incapaz.

- a) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- b) No caso de continuidade de empresa pelo incapaz, prescindirá de autorização judicial, desde que ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
- c) Na continuidade do exercício da empresa por incapaz, ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.
- d) O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que, de forma conjunta, o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade, o capital social deve ser totalmente integralizado e o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.
- e) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, sendo que a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

**90.** A respeito das sociedades em nome coletivo, marque a opção correta:

- a) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.

- b) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato constitutivo, mas não por convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.
- c) A administração da sociedade compete exclusivamente a sócios, sendo o uso da firma ou da denominação, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.
- d) O credor particular de sócio pode, mesmo antes de dissolver-se a sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor.
- e) A sociedade se dissolve de pleno direito por qualquer das causas enumeradas no Código Civil, apenas.

**91.** Sobre as sociedades limitadas:

- a) O capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- b) A quota é indivisível em relação à sociedade, inclusive para efeito de transferência, porém no caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.
- c) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais da metade do capital social.
- d) Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, mesmo que tais lucros ou quantia se distribuírem com ou sem prejuízo do capital.
- e) Pela exata estimativa de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade e é vedada contribuição que consista em prestação de serviços.

92. A respeito das questões previstas na Lei de Falência, marque a que está de acordo com a lei:
- a) São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência as obrigações a título gratuito.
  - b) Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
  - c) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica suspensão das execuções ajuizadas e de todas as ações contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
  - d) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica permissão de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.
  - e) Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia líquida.

## DIREITOS HUMANOS

*Lilian Novakoski*

93. Acerca do procedimento de incorporação dos tratados de Direitos Humanos na perspectiva da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.
- a) Por ostentarem *status* de norma constitucional, os tratados de Direitos Humanos devem ser obrigatoriamente apreciados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, somente sendo aprovados se obtiverem três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - b) Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico pátrio com simples assinatura do Presidente da República.

- c) Para corrente majoritária da doutrina, tal como os tratados comuns, o procedimento de incorporação dos tratados de Direitos Humanos pode ser dividido em quatro fases ou etapas: (i) a assinatura, pelo Presidente da República, no plano internacional; (ii) a aprovação, pelo Congresso Nacional, no plano interno; (iii) a ratificação, pelo Presidente da República, no plano internacional; e (iv) a incorporação do tratado já celebrado pelo Brasil ao ordenamento jurídico interno, por meio da edição do Decreto Presidencial (Decreto de Promulgação).
- d) O STF já firmou entendimento que todos os Tratados Internacionais de Direitos Humanos possuem status supraregal.
- e) Não existe previsão constitucional sobre a incorporação de Tratados Internacionais de Direitos Humanos no ordenamento interno.

94. Sobre inclusão e direitos da comunidade LGBTQUIA+, assinale a alternativa incorreta:
- a) No Brasil, existem tratamentos para quem busca a cura do homossexualismo, visto ser opção da pessoa não permanecer na condição que se encontra.
  - b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre casais heterossexuais, garantindo, inclusive, direitos previdenciários a casais homoafetivos.
  - c) O Supremo Tribunal Federal decidiu que transexuais e travestis têm o direito de alterar seu nome e gênero nos registros civis sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou ordem judicial.
  - d) O STF equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, com base na Lei nº 7.716/1989.
  - e) A comunidade LGBT tem sido cada vez mais envolvida na formulação e implementação de políticas públicas, através de conselhos e fóruns específicos e da participação em conferências e debates sobre direitos humanos e diversidade.

95. A Lei 11.346/2006 cria o Sistema Único de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN). Sobre tal, julgue:

I- A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

II - É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

III – São princípios do SUSAN a transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão e universalidade e diferenciação no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação.

Estão corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) Todas estão corretas.

96. Sobre as diferentes formas de racismo e o conceito de interseccionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) O racismo estrutural refere-se a práticas conscientes e isoladas de indivíduos, sem relação com a organização social.
- b) O racismo institucional é caracterizado pela atuação de agentes individuais, sendo incapaz de se manifestar em políticas públicas ou práticas organizacionais.

- c) O racismo recreativo manifesta-se em “piadas”, expressões culturais ou humorísticas que reforçam estereótipos discriminatórios contra grupos raciais.
- d) O racismo ambiental não tem relação com comunidades vulneráveis, mas apenas com problemas de poluição e danos ambientais em geral.
- e) A teoria da interseccionalidade busca analisar exclusivamente as desigualdades de classe social, sem considerar gênero e raça.

## DIREITO ELEITORAL

*Fabiano Pereira*

97. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no que se refere aos órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a) Os Tribunais Regionais Eleitorais possuem sede em cada capital dos estados e no Distrito Federal, sendo compostos exclusivamente por desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- b) As Juntas Eleitorais integram os órgãos da Justiça Eleitoral, ao lado do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Juízes Eleitorais.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral é composto por nove membros efetivos, escolhidos exclusivamente entre Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- d) A nomeação de advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral para compor o Tribunal Superior Eleitoral é feita pelo Senado Federal.
- e) Os juízes que compõem os tribunais eleitorais exercerão suas funções por, no mínimo, dois anos, salvo em caso de motivo justificado, sendo possível a prorrogação por mais de dois biênios consecutivos.

**98.** Com base no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), assinale a alternativa que corresponde à competência privativa do Tribunal Superior Eleitoral.

- a) Criar ou extinguir cargos administrativos de sua Secretaria, fixando os respectivos vencimentos, sem necessidade de autorização do Congresso Nacional.
- b) Dividir a circunscrição estadual em zonas eleitorais, com atuação concorrente dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) Expedir instruções necessárias à execução do Código Eleitoral.
- d) Organizar lista tríplice de advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral que integrarão o respectivo TRE, para envio ao Presidente da República.
- e) Propor a criação de novas zonas eleitorais diretamente ao Supremo Tribunal Federal.

**99.** De acordo com a Lei das Eleições nº 9.504/97, assinale a alternativa correta.

- a) É permitido, nos três meses que antecedem o pleito, realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, sem qualquer restrição, desde que destinados a políticas públicas já em execução.
- b) O uso promocional, em favor de candidato ou partido, da distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados pelo poder público configura conduta vedada.
- c) É proibida a nomeação para cargos do Poder Judiciário e do Ministério Público nos três meses que antecedem o pleito.
- d) O pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, é vedado de forma absoluta, sem qualquer exceção.
- e) Não existe limite para despesas com publicidade institucional no primeiro semestre do ano eleitoral, desde que devidamente autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

**100.** Com base na Lei dos Partidos Políticos, assinale a alternativa **incorrecta**.

- a) O partido deve manter escrituração contábil que permita identificar a origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.
- b) É vedado ao partido receber contribuições de entidades estrangeiras, de entes públicos e de pessoas jurídicas, ressalvadas as dotações legais e os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.
- c) Os órgãos partidários municipais que não movimentarem recursos financeiros ficam desobrigados de prestar contas à Justiça Eleitoral, devendo, contudo, apresentar declaração de ausência de movimentação.
- d) O balanço contábil anual deve ser enviado até 30 de junho do ano seguinte ao exercício, sendo encaminhado pelos órgãos nacionais ao TSE, pelos estaduais aos TREs e pelos municipais aos juízes eleitorais.
- e) A desaprovação da prestação de contas de partido político implica, necessariamente, sua exclusão da disputa eleitoral subsequente.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>